

## **CARTA ABERTA ÀS CONSELHEIRAS E AOS CONSELHEIROS DO CONSUP – IFMT**

Prezados conselheiros e conselheiras,

Haja vista a 58ª Reunião Ordinária do CONSUP, a ser realizada no dia 24/02, em que se avaliará o ponto de pauta listado como assunto 3.3, “Avaliação do ato do CODIR referente à prorrogação da suspensão das atividades presenciais até o dia 30/06/2021, no âmbito do IFMT”, o SINASEFE MT gostaria de propor algumas reflexões:

Para que entendamos a conjuntura atual no Brasil, ainda que haja farta exposição dos fatos e dos dados pela mídia, é preciso, continuamente, relembrarmos nossa situação. Atualmente, no país, nossa realidade se constitui com:

- Mais de 230 mil mortos por COVID-19 e quase 10 milhões de casos confirmados da doença em nosso país.
- Colapso do Sistema de Saúde em alguns estados. Falta de oxigênio e material hospitalar básico.
- Ações descoordenadas das três esferas do poder público (Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e Ministério da Saúde).
- Governo Federal negacionista: com presidente da República que ataca e desrespeita as pessoas, a imprensa, os trabalhadores e as trabalhadoras, ignora medidas e, com o discurso de salvar a economia, destrói vidas e a própria economia; e com troca de ministro da saúde, por três vezes, durante a pandemia, sendo o atual alguém que desconhece o SUS (em suas próprias palavras), não tem formação, nem experiência, em saúde, não possui autonomia (nem vontade) e, conseqüentemente, fortalece a mortalidade e o vírus.
- Brasil com a pior gestão governamental em relação à COVID-19, conforme comparação mundial de 98 países de todos os continentes (cf. Lowy Institute).
- 20 vacinas em desenvolvimento no mundo (3ª fase de testes clínicos) com 3 aprovadas para uso definitivo e 7 liberadas para uso emergencial em diversos países, com mais de 75 milhões de pessoas vacinadas no planeta. Em nosso país, apenas 3 milhões de vacinados com a primeira dose.
- Insegurança de estados e municípios quanto à aplicação da segunda dose por conta da falta de cronograma para compra de vacinas por parte do Ministério da Saúde.
- Duas vacinas aprovadas para uso emergencial no país, com esforços, diretos e indiretos, do Governo Federal para que elas não sejam importadas, produzidas ou aplicadas.
- Ausência de um plano nacional de vacinação.
- Falta de doses de vacinas até para os grupos preferenciais, ou por incompetência governamental (e má vontade) em planejar e comprar, ou pelo desmonte de órgãos públicos que poderiam produzir a vacina em território nacional.

- Falta de seringas e agulhas.

Coloca-se, neste contexto brevemente resumido acima a pressão, puxada especialmente pelo sistema privado de ensino, pela retomada presencial das aulas em todo o território nacional. Vale destacar que, em muitas cidades do país, cedendo a esta pressão, o retorno presencial foi acompanhado por surtos da COVID-19, que forçaram, novamente, as instituições de ensino a suspender as aulas. De todo modo, no caso destas instituições onde houve contágio em massa, o risco à saúde pública deixou de ser apenas risco e se tornou estatísticas, com muitas perdas, infelizmente. Este foi o caso, em Cuiabá-MT, da Escola Estadual Professora Hermelinda de Figueiredo.

É importante, também, que destaquemos o fato de que, já há alguns anos, o orçamento das instituições federais de ensino, incluindo o IFMT, sofrem com contingenciamentos e cortes orçamentários. Qualquer forma de retorno presencial, seja integral ou híbrido, envolverá, obrigatoriamente, a implementação de uma série de protocolos sanitários e de biossegurança que, quando efetivados, comprometerão ainda mais o parco orçamento com o qual o IFMT tem gerido seu funcionamento. Isto quer dizer que o retorno, neste momento, envolve ou elementos constitutivos da qualidade de ensino ou as medidas sanitárias de segurança. E falamos apenas da situação dentro da instituição, sem considerarmos os riscos que o corpo discente, em especial, corre no caminho entre casa e campus.

Por fim, consideremos ainda o estudo do Grupo de especialistas em planejamento da Universidade de Granada, o qual aponta que uma sala com 20 discentes, em dois dias, implica 808 contatos cruzados. Reiteramos, então, que ano letivo se recupera, vidas perdidas não. Inclusive, para se aprofundar o debate e trazer estas discussões para a realidade brasileira, com suas peculiaridades que, infelizmente, colocam-nos como o segundo país no mundo com mais contaminados e mortos, O SINASEFE MT promoverá uma *live* que discutirá o assunto com o prof. Dr. Lucelmo Lacerda (UFSCAR), no dia 22/02/2021, às 20h (horário de MT).

Deste modo, solicitamos aos conselheiros e às conselheiras que compõem o CONSUP – IFMT que votem pelo não retorno presencial, integral ou híbrido, enquanto não houver segurança a todos e a todas.

DIRETORIA DO SINASEFE SEÇÃO SINDICAL MATO GROSSO